

O PROJETO REPUBLICANO PARA A EDUCAÇÃO NO PARANÁ E O INGRESSO DA PRIMEIRA MULHER NA ESCOLA NORMAL DE CURITIBA

Nilvan Laurindo Sousa¹

O presente trabalho refere-se à parte da dissertação de Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação da UEPG com o tema: O projeto Republicano para a Educação no Paraná e o ingresso da primeira normalista na Escola Normal de Curitiba. O objetivo geral foi analisar a ideologia do Estado e a formação e a atuação da primeira normalista. Deste objetivo geral decorreram outros objetivos específicos, os quais foram: estudar Júlia Wanderley como um sujeito histórico, bem como a sua formação e atuação profissional; evidenciar o contexto em que estava imersa. Buscou-se compreender o projeto educacional do Estado para o Paraná. Para responder estas questões foram elencadas as seguintes categorias de trabalho: Ideologia, Educação e Educação. O período histórico delimitado para esta pesquisa foi de 1874 a 1918, período este rico historicamente, transição da mão de obra escrava para a assalariada, fim do Império e início da República. O estudo foi estruturado e organizado a partir dos pressupostos teóricos do materialismo histórico dialético, pois, para se compreender o projeto republicano para a educação no Paraná, foi imprescindível investigar as relações com o contexto histórico, econômico, político e social. A pesquisa teve caráter documental e bibliográfico, os procedimentos metodológicos utilizados foram: o levantamento de fontes documentais, jornais de época, revista periódica e relatórios do governo, localizados na Biblioteca Pública do Paraná, Casa da Memória, Museu Paraense e Arquivo Público.

Palavras-Chave: Ideário republicano, história da educação, Mulher.

Introdução

A presente pesquisa é parte da dissertação de mestrado tem o propósito de contribuir para o conhecimento na área da História da Educação paranaense e brasileira, por meio do estudo da trajetória profissional da primeira normalista, compreendendo o período de 1874 a 1918.

Para tanto, considerou-se fundamental a compreensão do projeto republicano para a educação no país, investigar as relações com o contexto histórico, econômico e político ao período demarcado pelas ideias republicanas de reforma da instrução pública, novas práticas pedagógicas e métodos de ensino.

As questões motivadoras desta dissertação são basicamente: quem foi Júlia Wanderley? Por que ela era tida como um modelo de educadora, por um determinado

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Universidade Estadual de Ponta Grossa.

seguimento e por que seu relatório se apresenta como um modelo pela Revista Escola? Qual era o Projeto republicano para a educação e qual o interesse do Estado para o ingresso de mulheres na Escola Normal de Curitiba?

Com estas indagações este trabalho tem por objetivo geral compreender o projeto republicano para a educação paranaense e analisar a trajetória de formação da primeira Normalista da Escola Normal de Curitiba.

A metodologia aqui utilizada para a realização deste trabalho foi o levantamento de fontes documentais, jornais de época e a revista periódica “A Escola” publicação de 1906 a 1910, os quais foram catalogados. Os documentos aqui utilizados foram localizados na Biblioteca Pública do Paraná, Casa da Memória, Arquivo Público do Paraná – Pr, Museu Paranaense, dentre outros.

1.1 As mudanças nas relações de trabalho e a formação de Júlia

Os últimos três decênios que antecederam a Proclamação da República apresentaram modificações importantes nas bases da economia brasileira, a expansão da lavoura cafeeira na região centro sul e no noroeste de São Paulo, bem como o decênio de “[...]1870-80 caracterizou-se como um período de intensa atividade mercantil/financeira que permitiu mais um surto de prosperidade econômica-industrial” (CARDOSO, 1985, p.17).

A abolição da escravidão ocorrida em 1888 provocou tensões, especialmente os ex-escravos e seus descendentes, uma vez que as empresas continuaram a empregar preferencialmente os imigrantes e seus descendentes ficando os negros e os mulatos à margem, excluídos da prosperidade em geral que não tinham condições para entrar no jogo e sustentar as suas regras. Os ex-escravos [...] “Viveram dentro da cidade, mas não progrediram com ela e através dela” (IANNI, 1972, p.28).

A libertação do escravo foi um processo pelo qual se deu um avanço na constituição das condições racionais indispensáveis a produção crescente de lucro. Somente com o trabalhador livre a força de trabalho ganharia condição efetiva de mercadoria e, como tal, ela poderia ser comprada de acordo com as necessidades dos proprietários dos meios de produção, isto é, a produção de lucro.

As mudanças nas relações de trabalho, a questão essencial que se apresentava era a reestruturação do Estado, por meio de um plano de modernização da sociedade brasileira. Desta forma, no discurso republicano, “[...] a educação da população iletrada passou a ser vista como condição básica a para a garantia e a participação do povo na condução dos

negócios públicos” (SCHELBAUER, 1998, pg. 56). O discurso que antecedeu a queda do Império e a proclamação da República foi de um regime político mais democrático juntamente com o discurso de melhoria do problema educacional (SCHELBAUER, 1998).

Desta forma, a educação do povo foi colocada pelos republicanos como elemento primordial e a criação de um projeto nacional de educação², o discurso sobre a difusão da instrução pública elementar foi motivada pelo processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Para tanto, a educação teve a função de qualificação da força de trabalho, visou-se evitar que o país aprofundasse em uma crise econômico-social. Todavia, este discurso se reconfigurou em função do processo de imigração e “[...] voltam-se para a criação de um sistema nacional de educação com a finalidade explícita de unificar a luta pela existência da nação brasileira” (SCHELBAUER, 1998, p, 60).

A concepção de educação sofreu mudanças, passou da natureza econômica, na transição do trabalho escravo para o livre, à natureza política, atrelada à transição do Império para a República. Neste cenário, a instrução pública passou a provocar um amplo debate acerca da intervenção ou não do Estado na educação, na criação de um sistema nacional de ensino que consolidaria a instrução necessária para a formação do cidadão eleitor e a integração do imigrante á nação (idem).

O discurso liberal tem raízes históricas. Prende-se aos seguimentos da pequena burguesia – bacharéis, profissionais liberais de um modo geral e outros setores a eles aderidos – ligados e/ou subordinados aos senhores de escravos. Eram, muitas vezes, os seus porta-vozes no Parlamento para o qual eram eleitos pelo prestígio dos representantes do sistema escravista. Esse liberalismo escravista, que surge durante o escravismo, reforça-se, depois, com a visão cientificista do século XIX, e o evolucionismo linear, o social-darwinismo, as teorias de inferioridade racial e, em decorrência, a tese “científica” de que o Brasil seria tanto mais civilizado quanto mais branqueado (MOURA, 1987, p.15).

Em 1888, ano da abolição, Júlia Wanderley estudou no Colégio Nossa Senhora da Glória, prestou exames neste estabelecimento e no colégio do Professor Nivaldo Braga, obtendo êxito nos dois (MACEDO, etal, 1918), provavelmente a escolha por dois exames era uma forma de ampliar as chances de aprovação, se não passasse em um, poderia passar no outro.

Em 1889 iniciou os estudos secundários com Justiniano de Melo³. Não se sabe ao certo porque Júlia Wanderley mudava tanto de escola, não há nenhuma referência de seus

² No projeto de formação do Estado Nacional a educação escolar cumpria uma missão civilizadora, que era a de homogeneizar a República, composta de uma população heterogênia e diversa (NORONHA, 2002).

³ Justiniano de Melo e Silva, nascido em Sergipe, bacharel em direito, veio para o Paraná em 1876, como Secretário da Província, na Presidência de Lamemha Lins. Foi Diretor de Instrução Pública e o

biógrafos quanto a esta questão. O que se evidencia é que Júlia Wanderley estudou em escolas de referência, imponentes e com professores ilustres, representantes legítimos da burguesia local. A realidade de Júlia Wanderley era característica de um pequeno grupo, não era a realidade nacional da grande maioria da população que não tinha acesso a escolarização.

Júlia Wanderley já visava o ingresso na Escola Normal. Em 6 de dezembro de 1889 retira-se do colégio Nossa Senhora da Glória e estuda apenas com o professor Justiniano de Melo e Silva, o qual tinha a fama de aprovador. Em 1890 ela teve aula com o professor Francisco Guimarães e estudou ainda no colégio do Professor Miguel Scheleder⁴. Neste mesmo ano, prestou exames das matérias constitutivas do 1º ano do Curso Normal de Português, Corografia e História do Brasil. No ano de 1891, Júlia frequentou as aulas do Curso Normal nas disciplinas de Francês e Retórica Poética (FERRANTE, 1974).

O contexto em que Júlia Wanderley foi educada se constituía de uma sociedade cujos preconceitos sobre o papel específico da mulher eram evidentes, não só com a mulher, mais, sobretudo, com a origem dos alunos. Este processo era refletido não apenas em destinação profissional, mas, sobretudo na própria educação.

[...] Nessa circunstância, dá-se uma valorização ideológica do trabalho, que passa a adquirir um cunho educativo. Da mesma forma, a educação das mulheres se faz segundo a posição social: às destinadas a subsistência pelo trabalho, atribui-se a aprendizagem de atividades manuais, ocupação tradicionalmente reservada ao sexo feminino; para as jovens de classes mais favorecidas, acrescenta-se a esse fundo doméstico comum, uma galgagem variada de artes de salão e de conhecimentos literários (TRINDADE, 1996, p. 77).

Ao final do século XIX a mulher não ocupou lugar efetivo dinâmico nos espaços exteriores, tais como no trabalho, no campo político e nas manifestações populares, sem ter direito a formação profissional. Todavia, com o avanço do capitalismo⁵ mundial e a influência liberal dos republicanos brasileiros, emerge a necessidade de uma nova força de trabalho. Desta forma, era preciso preparar a mulher para ser um sujeito “útil” nessa

de professor do Instituto Paranaense, que era a escola oficial da instrução secundária. Exerceu a cátedra de português e pedagogia, foi jornalista, diretor do Jornal do Comércio, fundado com o objetivo de defender o comércio, fundou ainda o jornal “Sete de Março” órgão do Partido Conservador. (MARTINS, 1995, p.124)

⁴Apesar de muitos biográficos de Júlia Wanderley falarem deste professor, não se tem dados sobre ele, apenas a referência nos escritos documentais de sua existência e de sua atuação como professor da mesma.

⁵ Segundo dicionário Marxista o Capitalismo se apresenta como a “forma específica de exploração, é a apropriação da mais valia, por meio da exploração do trabalho assalariado” (BOTTOMORE, 2001, p. 230).

sociedade, era preciso torná-la participante na vida social, nas oficinas de trabalho, no âmbito da nação, respeitando os limites de atuação (idem, 1996).

1.3 - Júlia Wanderley e a Escola Normal de Curitiba

A primeira Escola Normal do Paraná foi criada no final do império, pela lei nº 238 de 19 de abril de 1870, assinada pelo Presidente Luis Affonso de Carvalho, para o ingresso de ambos os sexos, a lei previa a seguinte modificação no currículo:

ART. 5º - Para as pessoas do sexo feminino, o curso abrangendo as mesmas matérias, terá convenientes modificações no ensino de algumas dellas, e compreender os trabalhos de agulhas para os quaes haverá uma professora (LEI Nº 238 de 19/04/ 1870).

Apesar da Lei de criação da Escola Normal, ela não se efetivou, ficou apenas no papel. A discussão, quanto a Escola Normal e a formação pedagógica do professor, se estendeu por muitos anos. Em 12 de Abril de 1876, pelo Presidente da Província Adolpho Lamenha Lins⁶, foi sancionada a Lei nº 456, criou-se o Instituto e Escola Normal anexa a ele, o primeiro, com função propedêutica, com o objetivo de preparar os alunos para o ingresso no curso superior e a segunda visando à organização da carreira do magistério, por meio do curso da Escola Normal (MIGUEL, 2008).

A Escola Normal na capital do Paraná representou um passo significativo para a formação de professores para a instituição primária. A contratação de professores era feita de forma lenta e a Escola Normal mudaria este quadro tão logo os primeiros normalistas obtivessem a habilitação. A Lei nº 456 de 1876, regulamentou a obrigatoriedade da matrícula e frequência as escolas públicas nas cidades da província, aos pais, tutores, ou outros quaisquer representantes legais das crianças que completassem seis anos eram responsáveis pelo cumprimento da determinação, a quem não cumprisse seria aplicada multa de 20\$00 pelo inspetor paroquial, sem direito a recurso, caso repetisse a negligência, nova multa era aplicada com valor dobrado. (NASCIMENTO, 2008).

Em 1880, no relatório da Instrução Pública são propostas modificações no currículo da Escola Normal, foi inserida a disciplina de Pedagogia e Filosofia, no 2º ano acrescenta-se o ensino de Moral, Religião e a disciplina de Pedagogia, sem alterar a duração do curso que

⁶ Adolpho Lamenha Lins, nasceu em Recife, formou-se na Faculdade de Direito de Recife, [...] Foi um dos primeiros presidentes partidários do movimento da libertação dos homens escravos (NASCIMENTO, 2008, p.85).

permanecia de dois anos. Foi mantida, do currículo de 1876, a disciplina de Direito Público e estudo da Constituição.

No ano de 1882, a Escola Normal deixou de funcionar por falta de alunos e, só em 1884, volta a funcionar, foi restaurado o Instituto Paranaense e anexou-lhe a Escola Normal⁷. Com um orçamento limitado, os planos de estudo de ambos foram reduzidos e os professores passaram acumular matéria de um e de outro curso.

Apesar da criação da Escola Normal de Curitiba para a formação de professores, o magistério sofria desprestígio, decorrente de salários baixos, falta de condições materiais, entre outras coisas. Com tudo isso, houve um desinteresse do sexo masculino para formação do magistério, afinal naquela época apenas o sexo masculino frequentava a Escola Normal.

A Escola Normal do Paraná não funciona por falta de alunos. V. Ex. Que compreende tão bem a necessidade que temos de um corpo docente idôneo, proporá sem dúvida ao corpo legislativo provincial, sérias medidas para melhorar o estabelecimento que deve preparar professores para as nossas escolas. [...] Julgo que o único meio de que a província se poderá servir para conseguir com que a escola normal seja devidamente freqüentada, está em dar maiores vantagens aos professores diplomados para essa escola, facilitando, ao mesmo tempo, aos atuais professores os meios que habilitem a cursar as aulas desse estabelecimento [...] Para esse fim, imitando o que tem sido feito em outras partes do Império, conceder-lhes licença com vencimentos, ficando eles obrigados a deixar em suas cadeiras substitutos idôneos, pagos a sua custa. Afim de que todos os professores sejam forçados a passar pela Escola Normal, poderá ser determinado um prazo razoável, findo o que, aqueles que não houverem apresentado à matrícula, ou perderão o direito a suas cadeiras ou sofrerão qualquer ou pena severa que for considerada justa. (MARCONDES, 1882, s/p).

O Instituto Paranaense bipartia-se em dois cursos: o ginásial e o normal, Julia Wanderley frequentou ambos e saiu sempre com distinção dos exames aos quais foi submetida. O Curso Normal, planejado com programas executados, foram-lhe na ocasião oportunidade de Júlia Wanderley evidenciar o seu desempenho⁸

Não eram poucas as matérias, nem complacentes os examinadores. Ernesto Luis de Oliveira, o único aluno a poder segui-la de perto, não lhe levou

⁷ A Escola Normal permaneceu anexa ao Ginásio Paranaense, antigo Instituto, até a Reforma de 1922 quando a Escola Normal teve organização diferenciada e com instalações próprias. (MIGUEL, 2008).

⁸ Ernesto Luis de Oliveira, o que mais se aproximou de Júlia Wanderley na Escola Normal no desempenho, nascido no mesmo ano que Júlia Wanderley, 1874, no Capão Alto, na Lapa. Em 1894, ainda bem moço, seguiu o exército de Gumerindo Saraiva em sua retirada para o sul, exilou-se na Argentina, de volta a pátria residiu no Rio de Janeiro, onde fez o curso de Engenharia Civil. Residiu também em Campinas, São Paulo, onde fez concurso para o Ginásio, em 1910, regressa ao Rio onde os seus trabalhos foram notabilizados (MARTINS, 1995).

nunca palma. Nem mesmo em matemática! Ela seria d^a. Júlia Wanderley se o aranhol oligofrênico dos preconceitos não lhe tolhesse os passos? (ERVEN, 1945, p.12)

Julia Wanderley dirigiu-se ao Governador do Estado requerendo o mesmo direito dos moços, ou seja, a permissão de matrícula de moças na Escola Normal. Mesmo com a “relutância”, por parte do governador, foi deferido o pedido, porém, impôs-se uma condição: “Não fosse ela a única moça, teria que ter mais outras colegas para ingressar na dita escola” (PILOTTO, 1974, p.2).

Júlia Wanderley foi aos poucos se inserindo na Escola Normal, conforme se pode perceber pela seqüência cronológica de requerimentos: o primeiro, em 2 de setembro de 1890, dirigido ao Governador do Estado “[...] considerando-se habilitada nas matérias do 1º ano do Curso Normal, solicitava neste documento que fosse marcado o dia do exame” (FERRANTE, 1974, s/p). Encaminhou outro requerimento, datado de 8 de fevereiro de 1891, ao Governador do Estado solicitando matrícula para frequentar as aulas das matérias constitutivas do Curso Normal. Em 17 de fevereiro do mesmo ano pediu ao Padre Alberto José Gonçalves, que era Superintendente Geral do Ensino Público do Estado, que intervisse favoravelmente junto ao Governador General José Cerqueira de Aguiar Lima, quanto ao pedido encaminhado em 8 de fevereiro do mesmo ano. Júlia Wanderley encaminhou ainda 2 ofícios, datados de 14 de fevereiro, dirigidos ao Diretor Geral da Escola Normal e Instituto Paranaense, a mesma solicitava matrícula para frequentar as aulas de Rhetórica e Poética. (FERRANTE, 1974, s/p).

Interviu em favor de Júlia Wanderley o Monsenhor Alberto José Gonçalves, representante da Igreja Católica, membro do governo na área de educação e Diretor da Escola Normal. Desta forma, Júlia Wanderley teve as solicitações deferidas pelo Governador do Estado com a recomendação de que ela não fosse única a frequentar o Curso Normal, ela seguia a recomendação e, juntamente com outras colegas passou a ser aluna regular daquele estabelecimento e concluiu o Curso Normal no final de 1892.

Em 1892, concluíram o curso iniciado em fevereiro do ano anterior, juntamente com Júlia Wanderley Maria Rosa Gomes, Isabel Guimarães e Cândida Nascimento, pertenciam ainda a sua turma Ernesto Luis de Oliveira e os irmãos Veríssimo de Souza e Lourenço de Souza.⁹ Era muito comum, neste período de formação de Júlia Wanderley, nas escolas à classificação do desempenho dos alunos, muitas vezes até sendo divulgada em jornais. Ficou muito marcado o desempenho do mérito de alguns alunos e alunas integrantes da turma da Escola Normal, que de certa forma acabou dando visibilidade a Júlia Wanderley:

⁹ Ambos fizeram parte do corpo editorial da Revista “A Escola” (1906 a 1910).

A necessidade de força de trabalho para educação era tanta que a primeira turma de professoras normalistas foi imediatamente nomeada. Designou o governo a nona cadeira da capital para Júlia Wanderley, que tinha apenas 19 anos, quando começou a sua atividade docente.

De posse do diploma da Escola Normal, os alunos devidamente habilitados garantiam a preferência para as escolas públicas, para tanto era considerado a classificação dos candidatos aprovados, os alunos com aprovação plena teriam a preferência e seriam os primeiros escolhidos, os com desempenho inferior, ficariam por último. Foi o que ocorreu com Júlia Wanderley que ficou em primeiro lugar na classificação por bom desempenho estudantil.

O ingresso e o bom êxito de Júlia Wanderley motivaram o Secretário dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública que visando estimular maior ingresso de mulheres na Escola Normal, sugeriu que se conferisse às normalistas “[...] certas regalias que lhes devem ser de direito, taes como nomeação independente de concurso, vitaliciedade etc” (PARANÁ, 1893, p.19). No mesmo período, consta a concessão de um prêmio como forma de incentivo às mulheres ao ingresso na Escola Normal:

Destinado a alumna que de mesma Escola sahir com maior distinção [...] Prêmio D. Paulina do Amaral [...] constante de uma caderneta da Caixa Econômica com a quantia de Rs 50\$000 (cincoenta mil reis) para ser conferido à alumna da Escola Normal que terminar o curso com mais brilhantismo, a juízo da congregação da mesma Escola (PARANÁ, 1893, p.19-20).

Havia todo um movimento do Estado quanto à necessidade de medidas que estimulassem o interesse de alunas para este estabelecimento, uma vez que era percebida uma desmotivação pela Escola Normal, por parte do sexo masculino, em função das novas frentes de trabalho que surgiram com o capitalismo e a industrialização. Com isso, emergia uma demanda por esta formação em função do novo regime em que vivia o país quanto ao discurso republicano de democratização do ensino, indispensável para a formação do cidadão e o desenvolvimento do país. Algumas políticas foram adotadas para amenizar a situação:

O governo destinava também uma verba mensal de trinta mil réis para dez cidadãos do sexo masculino que, sem condições financeiras, pudessem estudar na Escola Normal para trabalhar no magistério primário, verba essa que os selecionados deveriam pagar, posteriormente, mediante descontos nos seus vencimentos. Para todos os outros, era cobrada uma taxa de matrícula para o ingresso na Escola Normal (NASCIMENTO, 2008, p.58).

Era muito frequente o discurso do Estado em que vincula educação e progresso, havia uma preocupação apresentada pelo Estado, por meio dos relatórios, quanto à necessidade de instruir o povo em função da nova ordem econômica, uma vez que a lei da concorrência desafiava os maiores empreendimentos indústrias e crescia a necessidade de ampliar as vendas no comércio o “[...] engenho humano as forças naturais”, aproveitando-as e não sendo por elas dominado, compreendiam o trabalho que deve ser inteligente e produtivo e gerar riquezas (PARANÁ, 1880, p.33).

A Escola Normal se insere em um contexto em que o ensino público encontrava-se muito precário, com carência de professores, de métodos pedagógicos, estrutura física e material complementar (PARANÁ, 1883). Ela se apresentava como a única possibilidade de melhora da instrução pública, mesmo evidenciando este propósito, pouca verba foi destinada para a melhoria desta instituição. A Escola Normal teve uma nova concepção, uma vez que se constatou um novo momento em que a instrução tinha o objetivo de formar a força de trabalho. A criação desta escola estava atrelada a desenvolvimento econômico, político e social.

Considerações finais

Os republicanos utilizaram-se da educação e fizeram-na alicerce para a divulgação de seus ideais, evidencia-se o discurso em favor da modernização Brasil. A lógica de progresso para eles estava baseada na divisão social do trabalho que era incompatível com os índices elevado de analfabetismo. Na República, a instrução pública passou a ser resolução para os problemas do novo regime. A educação era a responsável pelo engrandecimento do Estado.

Os republicanos tiveram na Escola Normal um meio eficaz para a formação de um corpo profissional para uma educação coerente com o sistema capitalista que necessitava de homens dóceis, obedientes ao sistema. A Escola Normal deveria ser um mecanismo de controle social, que formaria o professor que deveria ser o agente capaz de reproduzir a ideologia que o Estado desejava e difundir um conhecimento que não fosse subverter as condições materiais dessa sociedade, mas que a conservasse da forma como se apresentava, ou seja, um processo de alienação a serviço da manutenção das desigualdades e da naturalização dessas.

Dada a riqueza e os inúmeros determinantes históricos que permearam o objeto estudado, tem se clareza de que esta pesquisa não se encerra aqui, ela poderá sugerir novos trabalhos que possam contribuir com a História da Educação Paranaense. Espera-se com a realização deste trabalho ter contribuído com a história da educação brasileira e de

maneira específica com a história da educação do Paraná. Mas de forma alguma lançaremos um ponto final neste trabalho, uma vez que ainda não se encerram as inquietações, o ponto final aqui é apenas para formar reticências.

REFERÊNCIAS

BOTTOMORE, Tom. (coord). **Dicionário do Pensamento Marxista**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CARDOSO, Rosy de Sá. **Breves Notas Sobre a Imprensa do Paraná**. IN HISTÓRIA DO PARANÁ, 3º Vol. Curitiba-PR: Grafipar, 1969.

FERRANTE, M. de L. M. Documento sobre a vida e obra de Julia Wanderley. Concurso em comemoração ao Centenário do seu nascimento - 26 de agosto de 1974.

IANNI, Octavio. **Raças e classes sociais no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972

MACEDO, A. et al. **Julia Wanderley - homenagem de seus colegas, amigos e admiradores** (conhecida como Poliantéia). Curitiba: Typ. João Haupt & Cia., 1918.

MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck **A Escola Normal no Paraná: instituição formadora de professores e educadora do povo**, V Congresso Brasileiro de História da Educação E o Ensino e a Pesquisa em História da Educação. 2008, p.1-24.

_____. **A primeira escola de professores dos Campos Gerais**. Ponta Grossa-PR: Editora UEPG, 2008.

MOURA, Clovis. **Raízes do Protesto Negro**. São Paulo: Ed. Global, 1983.

SCHELBAUER, Analete Regina. **Os congressos agrícolas de 1878 e o debate sobre a educação do povo no Brasil**. In: Fórum Sul de coordenadores de pós-graduação em educação - ANPED. II Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 1999, Curitiba-PR. Programa e Resumos do Fórum Sul de coordenadores de pós-graduação em educação-ANPED. II Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. Curitiba-PR: Imprensa Universitária-UFPR, 1999.

TRINDDE. Etelvina Maria de Castro. **Clotildes e Marias: Mulheres Curitibanas na Primeira República**. Curitiba: Farol do Saber, 1996.

PARANÁ, Relatórios

PARANÁ. Relatório Oficial do Presidente Manoel P. S. Dantas Filho. Curitiba: DEAP, 1880.

_____. Relatório Oficial do Presidente Oliveira Bello. Curitiba: DEAP, 1884.

_____. Relatórios apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná por Brazílio Augusto Machado d' Oliveira Presidente da Província por ocasião da instalação da 1ª sessão da 16ª Legislatura no dia 15 de setembro de 1884 – Curitiba -Typografia Perseverança de J. Pinheiro.

_____. Relatório do Superintendente Geral de Ensino Victor Ferreira do Amaral e Silva. Curitiba: DEAP, 1893.

FONTES PRIMÁRIAS:

ERVEN, H. M. **Julia Wanderley: uma vida que se igualou o seu destino**. Curitiba: Centro de Cultura Júlia Wanderley, 1945.

FERRANTE, Maria de Lurdes Miró de. **Documentos sobre a vida e obra de Julia Wanderley**. Concurso em comemoração ao centenário de seu nascimento, 1874- 26 de agosto -1974. Curitiba. Casa da Memória.

Sites visitados:

<http://www.flickr/photos/ronelcorsi/sets/72157627581137901/show/>

<http://www.flickr.com/photos/87278430@N06/7991974215/>

www.utp.br/lep/n2/jornal/a_memoria.

<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br>

<http://www.cultura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=261>

<http://www.histedbr.fae.unicamp.br>

<http://www.museuparanaense.pr.gov.br/>

<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/>